



**Comércio e abastecimento de gado
dos sertões da Paraíba para o
litoral de Pernambuco (século
XVIII)**

Trade and cattle supply from the Paraíba hinterlands
to Pernambuco's coast in the 18th century

Comercio y abastecimiento de ganado de los
sertones de Paraíba a Pernambuco en el Siglo XVIII

Yan Bezerra de Morais¹

 [0000-0001-7322-4097](https://orcid.org/0000-0001-7322-4097)

Resumo: O presente artigo objetiva investigar como a pecuária e as rotas de abastecimento de gado interligaram os sertões da capitania da Paraíba com a praça do Recife e a vila de Goiana, ambas em Pernambuco, ao longo do século XVIII. Tais rotas fomentaram mobilidades espaciais e sociais dos sujeitos envolvidos, e nos possibilitam compreender o papel essencial da produção bovina dos sertões para o abastecimento de carne e de couro às populações litorâneas, fosse para consumo ou para o fluxo comercial.

Palavras-chave: Pecuária. Sertões. Mobilidades.

Abstract: The present article aims to investigate how cattle ranching and cattle supply routes connected the hinterlands of the captaincy of Paraíba with Recife and the village of Goiana, both in Pernambuco, throughout the 18th century. These routes fostered the spatial and social mobility of the individuals involved, and allow us to understand the essential role of cattle production in the hinterlands for the supply of meat and leather to coastal populations, whether for consumption or commercial flow.

Keywords: Ranching. Hinterlands. Mobilities.

Resumen: Este artículo investiga cómo la ganadería y las rutas de abastecimiento de ganado conectaron los sertones de la capitania de Paraíba con la plaza de Recife y la villa de Goiana, ambas en Pernambuco, durante el siglo XVIII. Estas rutas fomentaron las movilidades espaciales y sociales de los sujetos involucrados, y revelan el papel crucial de la producción de ganado en los sertones para el abastecimiento de carne y cuero a las poblaciones costeras, ya sea para consumo o para el flujo comercial.

Palabras-clave: Ganadería. Sertones. Movilidades.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF, com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. *Lattes:* [4582609428843281](https://lattes.cnpq.br/4582609428843281) - *E-mail:* yanbmorais@hotmail.com.



Introdução

No ano de 1699, o governador da capitania da Paraíba do Norte, Manoel Soares de Albergaria, informou em carta ao Conselho Ultramarino da situação em que se encontravam os sertões daquela capitania, apontando que as tropas ali atuantes, comandadas pelo capitão-mor das ordenanças, Teodósio de Oliveira Ledo, estavam logrando sucesso nos embates contra os povos nativos. Narra que, em 1697, o dito capitão-mor havia chegado à cidade da Paraíba acompanhado de índios Ariús² – aliados que queriam “[...] viver como vassalos de Vossa Majestade e reduzirem-se à nossa Santa Fé Católica” – e solicitado mais gente e munições para que na ribeira do rio das Piranhas se fizesse erigir um arraial, que haveria de “dar calor para se irem pousando”. Essa seria a solução encontrada pelo capitão-mor para que se povoasse aquele distrito com gado e currais, contribuindo para a Fazenda Real “[...] pelos acréscimos dos dízimos, como pela conveniência de toda esta capitania pela muita quantidade de gados que naqueles sertões se apascentam, e abundância de pastos que neles há”.³

Nesse contexto, o arraial das Piranhas foi erguido próximo ao entroncamento dos rios Piranhas e Piancó – atual cidade de Pombal/PB – em meio aos conflitos da chamada “Guerra dos Bárbaros”, que envolvia os sertões das capitanias do Rio Grande, do Ceará e da Paraíba. Com o adensamento do povoamento luso-brasilíco e seus currais de gados, o arraial foi elevado à povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, já em 1702. Anos mais tarde, em 1710, o então governador da capitania da Paraíba do Norte, João da Maia da Gama, informou ao rei sobre o quanto os sertões de sua jurisdição já estavam bem “[...] povoados de gente, fazendas e gados e entre muitos sítios se acha o das Piranhas, Piancó e Cariris com povoação, capela e capelão” e por isso precisavam de um juiz ordinário com seu escrivão para administrar e garantir a boa ordem.⁴

Uma década e meia à frente, em 1724, após ter executado as ordens reais e ido em correição àqueles sertões, o ouvidor-geral da Paraíba, Manoel da Fonseca e Silva, narrou ao rei que seus moradores, dentre algumas solicitações, pediam a elevação da povoação do Bom

² Os Ariús eram um dos povos nativos do sertão da Paraíba, todavia, não estavam presentes no sertão das Piranhas, nosso recorte espacial neste artigo. Sua localização era na região que hoje corresponde à Campina Grande/PB.

³ Arquivo Histórico Ultramarino – Seção Paraíba (AHU-PB): Cx. 3, D. 226. 03 de setembro de 1699.

⁴ Na tradição portuguesa, a função dos juizes locais era, principalmente, manter e administrar a boa ordem e garantir o *bem comum* dos vassalos portugueses. AHU-PB: Cx. 4, D. 310. 05 de julho de 1710.



Sucesso à categoria de vila. Segundo o oficial régio, a proposta era interessante, tendo em vista que por atuar ali um juiz ordinário desde 1711, “[...] vendo-se com o poder da vara de justiça perseguem a muitos vadios, quanto lhes é possível para evitar o furto e uso contínuo dos seus gados”.⁵

A solicitação não foi atendida pelo rei, e a povoação do Piancó só foi elevada à vila de Pombal após meio século, em 1772, já em meio às reformas encabeçadas pelo marquês de Pombal, no reinado de Dom José I. Poucos anos depois, a *Ideia da população da Capitania de Pernambuco e suas anexas*, produzida entre 1774 e 1782 por ordens do governador-general de Pernambuco, José César de Meneses (1774-1787), aponta que aquela vila recém criada e que tinha mais de cinco mil almas em sua jurisdição era situada “[...] no centro dos sertões, é salutífera e tem grande comércio de gados vacum e cavalar”.⁶

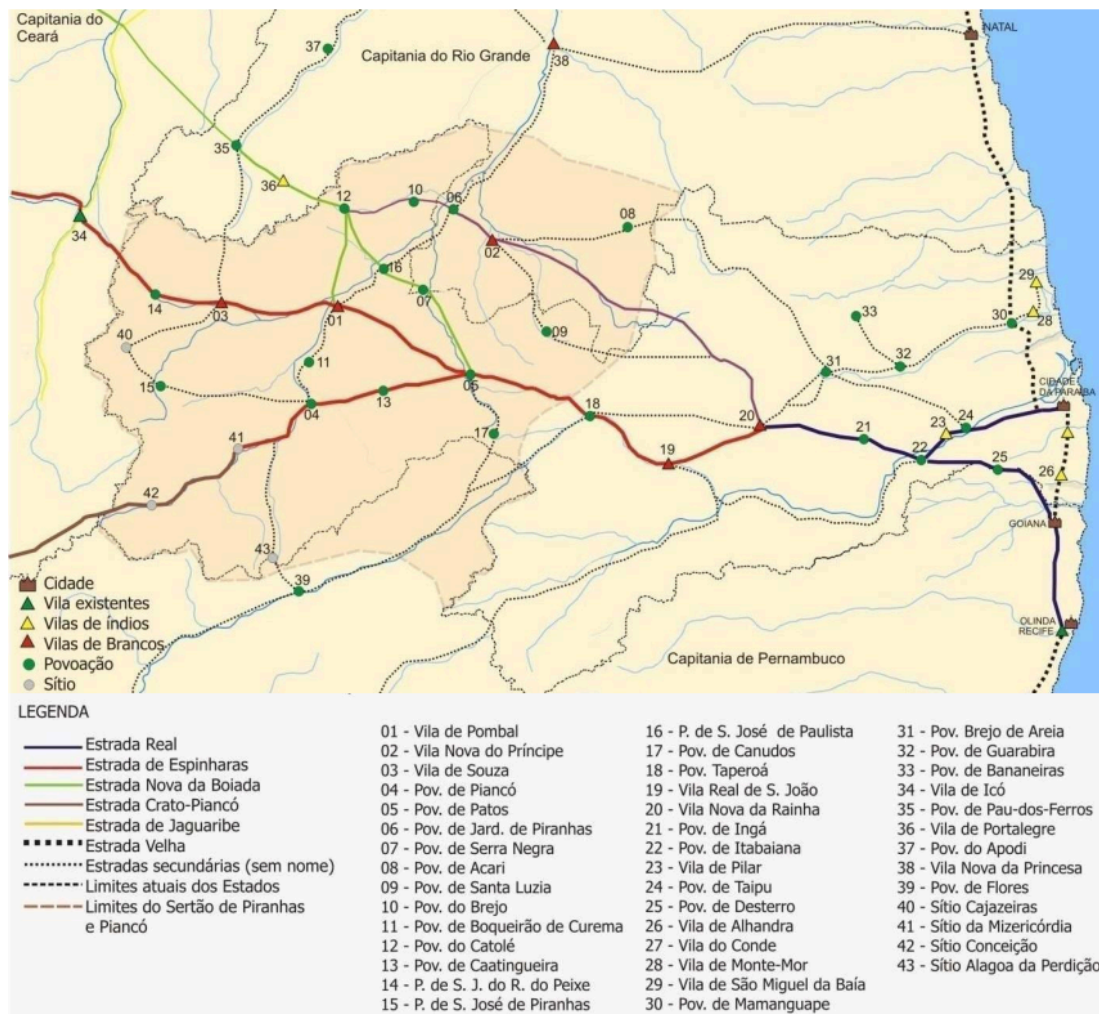
Desses registros históricos acerca do processo de colonização e reordenamento dos sertões de Piranhas de Piancó da capitania da Paraíba, vemos que a pecuária não foi somente um elemento recorrente, mas também definidor das mudanças sociais, políticas e econômicas que ali ocorreram. A produção de gado vacum foi, para os homens dos sertões das capitanias do Norte (atual região Nordeste do Brasil), fonte de alimento e recursos, meio de vida e de integração a outros espaços. Na figura abaixo, é possível perceber como as rotas e caminhos que cruzaram os sertões da capitania da Paraíba eram parte essencial dessa integração.

Diante desse panorama, é importante perceber como o criatório e a formação de redes de comércio bovino foram essenciais não só para esse negócio, como também na composição das trajetórias sociais dos sertanejos dos Setecentos. Essas trajetórias e ligações tiveram uma proximidade bastante tênue com a capitania de Pernambuco ao longo do século XVIII. No presente artigo, nosso objetivo é investigar como a pecuária e as rotas de abastecimento de gado interligaram os sertões da capitania da Paraíba e a praça do Recife e a vila de Goiana, evidenciando mobilidades espaciais e sociais dos sujeitos envolvidos, bem como o papel essencial da produção bovina dos sertões para o abastecimento de carne e de couro das populações litorâneas.

⁵ AHU-PB: Cx. 5, D. 428. 15 de dezembro de 1724.

⁶ *Idéia da população da capitania de Pernambuco, e das suas anexas...* In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XL, 1918, p. 18.

Figura 1: caminhos e rotas de passagem de gado entre os sertões de Piranhas e Piancó e o litoral da Paraíba e de Pernambuco



Fonte: Soares (2012, p. 169).

A dinâmica de abastecimento de carne no Brasil colonial: entre a necessidade e o controle

Tratar da carne e de sua provisão no período colonial brasileiro, em especial no século XVIII, é tratar de um processo que envolvia disputas, embates e complexas redes de abastecimento e deslocamento de gado, envolvendo os sertões – que eram zonas pecuaristas por excelência – e as regiões litorâneas, mais populosas e, portanto, mais necessitadas desse alimento. Diversas investigações históricas recentes têm apontado como o abastecimento de carne, fosse ela seca ou fresca (ou verde, como se dizia à época), mobilizou governadores, Câmaras Municipais, pecuaristas, marchantes, atravessadores e toda uma miríade de agentes



envolvidos no processo.

Richard Graham (2010), ao tratar dos hábitos alimentares e da dinâmica comercial de víveres da cidade de Salvador, aponta que durante boa parte do século XVIII esta cidade foi a de maior população da América portuguesa, e nela a carne de gado tinha uma importância não só nutritiva como também simbólica. Nesse sentido, “escassez de carne era sinal de perigo e insegurança” e, por isso, o fluxo de gado para feiras próximas era constante, conformando uma vigorosa rede comercial de máxima importância para a cidade de Salvador. De acordo com o autor, o gado consumido naquela cidade provinha principalmente do vasto interior da capitania, sobretudo da região de Jacobina e do médio São Francisco. Além disso, todo o gado destinado ao recôncavo tinha, por lei, de passar pela feira de Capuame, que ficava a cerca de 50 km de Salvador. De lá, o gado ia para os talhos, e dos talhos para os açougues da cidade.

Igualmente escrevendo sobre a Bahia e sobre o sertão, porém de forma coeva, André João Antonil explica como era o uso primário da carne de gado e das suas fressuras, em sua obra *Cultura e Oportunidade do Brasil*, de 1711:

O certo é que não somente a cidade, mas a maior parte dos moradores do recôncavo mais abundantes, se sustentam, nos dias não proibidos, de carne do açougue, e da que se vende nas freguesias e vilas, e que comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades, vivem de fressuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das reses, e que no sertão mais alto a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos (Antonil, 1982, p. 97).

Outras pesquisas, enveredando pelas redes de abastecimento da carne nas capitanias do Norte, dão conta de como era essa dinâmica. Na cidade de Natal, da capitania do Rio Grande do Norte, a Câmara Municipal tinha como tópico recorrente o abastecimento de carne para sua população. Segundo Kleyson Barbosa (2018), a Câmara tabelava o preço da carne e, a partir de 1709, regulava os locais onde se podia cortar e vender carne, ambas as medidas para garantir que os preços praticados não fossem abusivos, sobretudo aos mais pobres, e também que não faltasse tão necessário alimento.

Já de acordo com Gabriel Nogueira (2021) – que tratou das rotas de abastecimento que passavam pelos chamados “portos do sertão”⁷, sobretudo dos que pertenciam à capitania do Ceará – se por um lado o comércio do gado vivo ou da carne fresca era feito para os

⁷ Os “portos do sertão” eram pequenos portos que existiam no litoral norte das capitanias do Norte, incluindo o Rio Grande do Norte, o Ceará e o Piauí, por onde eram escoadas as produções de carne seca em sumacas.



principais núcleos populacionais e centros urbanos da colônia, principalmente por regiões produtoras não tão distantes desses núcleos, por outro,

O comércio das carnes secas destinava-se ao atendimento de demandas específicas que ganharam impulso no século XVIII [...]. Sem desprezar a influência que a maior distância em relação aos mercados consumidores possa ter tido para o aproveitamento econômico dos rebanhos criados próximos à costa leste-oeste, mediante a produção local de carnes secas e couros, entendemos que a organização destas atividades na região [...] seja fruto do estabelecimento dos interesses mercantis do Recife nesta região costeira, ao longo do processo de expansão das fronteiras da pecuária, associado ao contexto de uma demanda crescente por carnes em uma América portuguesa que no início do XVIII vivenciou um forte crescimento econômico marcado, entre outros aspectos por um forte incremento demográfico que tendia nesta medida a expandir a demanda por carnes (Nogueira, 2021, p. 320).

A virada do século XVIII marcou uma decisiva mudança nos rumos da América portuguesa no contexto do Império ultramarino. A descoberta de fontes auríferas nos interiores do Estado do Brasil produziu efeitos em toda a colônia. Neste sentido, recordamos o que afirma Jucá Sampaio (2014) sobre como a pecuária dos sertões, tanto das capitanias do Norte quanto da fronteira meridional, acompanhava a conjuntura setecentista mais ampla, de mudanças nas dinâmicas demográficas e mercantis influenciadas pelo movimento do ouro. De acordo com o autor, sobretudo as carnes e os couros dos sertões foram essenciais para o desenvolvimento do mercado interno no século XVIII, justamente por serem destinadas a alimentar os fluxos migratórios que se intensificaram na América lusa, assim como seu escoamento, via portos, para o Atlântico.

Com isso, percebemos que o abastecimento de gado, de carne e de couros, assim como de outros alimentos para núcleos urbanos era uma atividade complexa. Segundo Richard Graham (2010, p. 154), muitos dos que integravam tal atividade “[...] trabalhavam com afincos para que o negócio funcionasse. Os boiadeiros que conduziam os animais para a Feira do Gado e depois para a pastagem de propriedade municipal eram apenas o primeiro elo de uma longa cadeia de indivíduos que transportavam, distribuía e vendiam carne”.

Como se demonstrará mais à frente, os governadores de Pernambuco demonstraram grandes preocupações com o possível desabastecimento de carne no litoral, sobretudo nas últimas décadas do século XVIII devido às grandes secas ocorridas, e enviaram ofícios e ordens constantes para que as autoridades dos sertões e dos caminhos de passagem do gado fiscalizassem se o trânsito das reses estava ocorrendo como o esperado. Segundo George Souza (2014), o maior temor eram as possíveis revoltas que a falta da carne pudesse acarretar



entre as camadas pobres de Recife e das demais localidades da zona da mata açucareira de Pernambuco.

Dentre as localidades que receberam orientações para continuar fornecendo gados para o litoral, estavam os sertões de Piranhas e Piancó. Portanto, entender as relações de comércio e provimento de carne que esses sertões da capitania da Paraíba mantiveram com o litoral de Pernambuco exige uma análise detalhada. Começemos pelas relações que foram construídas com a praça do Recife e como esta se tornou principal destino do gado e seus derivados.

Todos os caminhos levam à praça: a consolidação do Recife como entreposto para os sertões das capitanias do Norte

Durante o período colonial, as relações econômicas e comerciais fomentavam a capacidade de levar os homens do sertão a se ligarem a outros espaços e expressarem suas mobilidades. Pelos perfis sociais dos sertanejos e as formas de lidar com a terra, é evidente que as atividades produtivas exercidas nas ribeiras do sertão da Paraíba foram as de cunho agropastoril, ou seja, produções agrícolas e principalmente a produção bovina. Antonio Carlos Jucá de Sampaio (2014, p. 323), analisando a conjuntura da América portuguesa no século XVIII aponta que:

Primacial para a sociedade colonial, era inevitável que a pecuária acompanhasse a conjuntura mais ampla, de crescimento demográfico e econômico. Seus diversos produtos (couro em seus formatos diversos, carnes etc.) tinham uma enorme importância no mercado interno, além de se constituir em artigos significativos da pauta de exportação.

Isso significa que os produtos decorrentes do criatório bovino na América portuguesa estavam inseridos em redes internas de abastecimento da própria colônia e também faziam parte dos complexos comerciais do Atlântico. Essas tramas não são simples de serem localizadas e analisadas, pois perpassavam por uma miríade de instâncias e lugares, com diferentes sujeitos envolvidos e, infelizmente, pouco documentadas. Ademais, através da investigação nas documentações envolvendo os sertões de Piranhas e Piancó, é possível encontrar alguns traços dessas redes comerciais, sobretudo com a praça mercantil do Recife, ao longo de Setecentos.

Pesquisas recentes têm demonstrado como a criação e manutenção de diversas rotas comerciais espalhadas pelos sertões das capitanias do Norte se deram através da expansão



dos interesses comerciais dos grupos mercantis da praça do Recife no imediato período *post-bellum*, na segunda metade do século XVII e, sobretudo, no início do século XVIII com a consolidação do Recife como centro econômico e político dessas capitanias, conforme aponta George Souza (2020, p. 25):

Durante o século XVIII, a posição de centro regional do Recife se consolidou. A região passou por um gradual reordenamento territorial e administrativo que colocou em relevo a importância de Pernambuco. Cristalizava-se assim uma tendência desenhada desde o século XVI, quando a partir de Olinda se impulsionou a ocupação da área costeira entre o Maranhão e a foz do São Francisco. Posteriormente, durante a ocupação holandesa, Recife foi a capital dos domínios da WIC. O estabelecimento do bispado de Pernambuco também refletia essa 'unidade' espacial e administrativa posto que na jurisdição coincidia com o que havia sido o 'Brasil holandês'.

Dentro deste contexto de ascensão da praça do Recife, tem-se a instalação do sistema de frotas em 1649, ainda durante as guerras contra os holandeses, centralizando ali o comércio das capitanias do Norte com o reino de Portugal e reforçando o papel do porto recifense como principal entreposto comercial na região (Oliveira, 2011). O próprio processo de conquista e colonização do sertão da Paraíba estava inserido em um contexto mais amplo de "atlantização" do império português e o litoral de Pernambuco teve uma importância fundamental nesse processo. De acordo com Kalina Silva (2010), as elites de Olinda e Recife consolidaram sua influência política sobre a região neste movimento histórico, o que definiu uma rota de expansão da pecuária também a partir dessas urbes do açúcar. Além disso, abrigavam relevante estrutura militar, principalmente o Recife, de onde a coroa e seus agentes recrutaram homens para auxiliar na conquista desses interiores no período compreendido entre finais de Seiscentos e primeiras décadas de Setecentos.

Acerca disso, José Inaldo Chaves Junior (2017) pondera que o Recife, ao tempo que ganhava proeminência econômica e política, no decorrer da segunda metade do século XVII, também via sua pequena urbe aumentar gradativamente, contando com um aumento populacional expressivo, tomando ares de uma verdadeira capital, ainda que não passasse do mero estatuto político de povoação. Obviamente, e deveras conhecida pelos historiadores, toda esta mudança não se deu de forma pacífica, tendo em vista que a defesa do Recife como cabeça de Pernambuco "[...] coadunava-se com as intenções políticas do emergente grupo de mascates" ansiosos por ingressar e dominar os meandros do poder local e o acesso aos postos de distinção social até então monopolizados pela câmara da cidade de Olinda e sua nobreza



da terra, culminando nos graves conflitos de 1711, quando Recife se torna uma vila (Chaves Jr., 2017, p. 58).

E mesmo que a coroa tenha atuado de forma a minorar possíveis novos conflitos ao estabelecer Recife como vila, mas mantendo Olinda como única cidade, fato é que em 1714, com o estabelecimento da capitania-general regionalizava-se, oficialmente, o poder de Pernambuco sobre as demais capitanias do Norte (Chaves Jr., 2017). Tendo ali a atuação de um general, a vila do Recife é coroada como principal centro administrativo ao tempo que já via seu porto e sua comunidade mercantil se estabelecerem como um dos principais da América e do império luso.

Recife, portanto, no alvorecer do século XVIII, já como núcleo urbano e comercial em desenvolvimento e de crescente população, através de seus homens de negócio, buscou garantir cada vez mais rotas de comércio e abastecimento com os sertões das capitanias do Norte. Segundo Almir Oliveira (2011, p. 174), esses homens:

Experientes no abastecimento das propriedades do interior, dominando o comércio de grosso trato com o Reino, explorando trapiches e armazéns, investindo em propriedades urbanas e antecipando créditos aos proprietários rurais, esta passagem do mercador de loja ao mercado de sobrado, também esteve ligada à montagem de uma rede de trocas comerciais com os portos do sertão.

Tamanho projeto das elites recifenses não podia deixar de fora aquela que foi a base estrutural da sociedade colonial, isto é, a escravidão e o tráfico de escravizados. A ampliação da importância do porto do Recife esteve estreitamente vinculada à sua capacidade de financiar o comércio de africanos escravizados através do Atlântico, fornecendo, de forma constante, a mão-de-obra necessária aos engenhos litorâneos e às fazendas de gado que eram instaladas sertão adentro. Portanto, a expansão da influência do Recife sobre o grande *hinterland*, que abrangia desde a margem leste do rio São Francisco até o Estado do Grão-Pará e Maranhão, fundava-se não apenas na sua capacidade de atrair as produções sertanejas como na possibilidade de para lá enviar mão-de-obra e manufaturas que circulavam pelos portos atlânticos.

Através dos documentos cartoriais produzidos pelos tabeliães da povoação do Piancó, da capitania da Paraíba, é possível verificar que pelo menos desde a década de 1720, aqueles sertões orbitavam o litoral de Pernambuco através do fluxo constante de procurações para lá enviadas, denotando que, após os mais graves conflitos locais contra as populações nativas, as relações já se mostravam bem estabelecidas e as rotas de trocas comerciais, ativas. Dito



isso, o sertão de Piranhas e Piancó, “salutífero de gados” que era aos olhos do governo de Pernambuco, integrou a rede de abastecimento do litoral da antiga capitania Duarteina, sobretudo a vila do Recife, com sua produção pecuária. Vejamos, a seguir, como se deram tais negócios através da atuação de diferentes agentes.

Os sertões de Piranhas e Piancó abastecendo o Recife: indícios de uma rota comercial

No ano de 1734, o capitão-mor das Piranhas e Piancó João de Miranda e outros dez homens daquele sertão emitiram uma procuração junto ao tabelião do cartório da povoação nomeando dois procuradores no sertão do Cariri, região que fica entre a Serra da Borborema e o brejo paraibano. Dentre as obrigações dos procuradores constava que deveriam cobrar e receber do passador⁸ Antônio de Socorro o valor de uma boiada que haviam mandado para a praça do Recife e acabara se perdendo nas proximidades de São João e Bodocongó, e não podendo mais juntá-la, Antônio a vendeu. Segundo os outorgantes, os procuradores deveriam receber o valor que se referia ao gado com seus ferros e “[...] outros mais que de partes havia levado, excetuando 80 cabeças de gado em que fazia a boiada corpo⁹ pertencentes ao capitão José Gomes da Silveira”.¹⁰

Diferentemente de João de Miranda e os outros dez criadores de gado, José Gomes da Silveira não era morador das ribeiras dos sertões de Piranhas e Piancó. Na verdade, morava no Recife e lá era um homem de negócio bem-sucedido. Segundo Alex Moura (2014), Gomes da Silveira era dono de curtumes e fábricas de atanados, com escravaria trabalhando nos seus serviços de manufatura dos couros, que tinham origem no gado vindo de fazendas dos sertões.

O negócio dos couros foi uma importante vertente de atuação dos homens de negócio e mercadores da praça do Recife. Aqui vale uma breve observação sobre a imprecisão dessas categorias dos que lidavam com o comércio, com base no que aponta George Souza (2020). De acordo com o autor, a heterogeneidade das diversas praças comerciais do império português coloca em perspectiva também a definição das hierarquias mercantis, pois os níveis

⁸ Segundo José Eudes Gomes (2015), passadores eram, na América portuguesa, homens contratados para serem os condutores de gado para as feiras e centros consumidores. O contrato era geralmente verbal e o pagamento era feito por cabeça entregue no destino conforme valores pré-acordados considerando a distância e subtraindo-se as reses perdidas.

⁹ Isto é, que compunham o conjunto/corpo da boiada.

¹⁰ Cartório Coronel João Queiroga (CCJQ). Livro de Notas 1730: Procuração bastante que fazem as pessoas nela declaradas. 29 de janeiro de 1734. Fls.: 38v-40.



de riqueza dos agentes envolvidos no comércio variavam muito em cada um destes entrepostos, fazendo, assim, com que tenhamos de ter em mente o contexto de cada localidade no momento de considerar quem eram e quais eram os perfis de atuação destes sujeitos. Mas algo era certo para definir a atuação dos homens de negócio da praça do Recife: diversificar as frentes de atuação era comum justamente pela sua capacidade de assumir maiores riscos em busca de maiores lucros (Souza, 2020).

Retornando ao negócio dos couros, de acordo com Alex Moura (2014), havia sujeitos envolvidos no seu curtimento que atuavam em todo o processo, dinamizando as atividades relacionadas e assim aumentando as possibilidades de bons resultados no empreendimento. Alguns personagens de destaque no ramo se esforçaram em ter fazendas de gados no sertão e assim exercer, também, um controle sobre a matéria-prima; em ser arrematador de contratos das carnes e couros, e assim cuidar e ter privilégios no transporte e abatimento das reses; em ser dono de curtume, investindo diretamente na produção e manufatura dos subprodutos; e em ser homem de negócios, ou seja, atuar na venda direta da carne e no abastecimento da urbe, bem como estabelecendo redes de comércio que interligavam múltiplos pontos na América e no Atlântico.

Este foi o caso de José Gomes da Silveira, que tinha no sertão das Piranhas a Fazenda da Farinha, onde eram criados seus gados.¹¹ Além disso, sabemos que, em 1728, ele se tornara o administrador do contrato do subsídio das carnes de Pernambuco – envolvendo-se em polêmicas com outros homens de negócio da praça do Recife, procuradores e donos de navios, curtidores de couro, e o próprio contratador do subsídio em 1733¹² – função na qual era experiente por já ter sido arrematante outras vezes antes (Moura, 2014). Em 1742 era o contratador dos dízimos e subsídios das carnes da capitania da Paraíba no triênio que ia até 1744¹³, deixando claro que sua atuação envolvia ambas as capitanias. Além disso, era um dos maiores donos de curtumes no bairro da Boa Vista do Recife e um dos mais importantes negociantes daquela praça, fechando, assim, um ciclo de ampla participação e envolvimento na cadeia produtiva pecuária, ligando os sertões de Piranhas e Piancó da Paraíba do Norte ao comércio atlântico de derivados do gado, ao exportar couros e atanados para Portugal.

¹¹ Arquivo Histórico Ultramarino – seção Pernambuco (AHU-PE): Cx. 139, D. 10343. 11 de abril de 1781.

¹² AHU-PE: Cx. 45, D. 4090. 12 de novembro de 1733.

¹³ AHU-PB: Cx. 11, D. 968. 03 de outubro de 1742; Cx. 12, D. 1015. 03 de janeiro de 1744.



Os homens que se envolviam profundamente com o comércio também recorriam a outra forma de amenizar os riscos: as sociedades. Por mais que os lucros tivessem que ser repartidos, a necessidade de endividamento individual era reduzida, uma vez que os gastos e investimentos seriam divididos entre os sócios (Lopes, 2015). O transporte de gado do sertão para os açougues e feiras do litoral era permeado por variados riscos de perda, não só pela possibilidade da morte do gado durante a jornada ou pela sua dispersão, assim também pelo fato de que as boiadas chegavam debilitadas no seu destino, exigindo outros gastos do dono do gado para que fosse feita a engorda das reses antes do abate e da venda da carne.

José Gomes da Silveira, por exemplo, manteve sociedade com Antônio Machado Freire e Francisco Machado Freire, possivelmente irmãos, sobre os quais, infelizmente, não temos outras informações. Através dessa sociedade compraram muito gado, cavalos, ovelhas, e escravizados nos sertões de Piranhas e Piancó, na década de 1730. Em 1738, são lançados em livro de notas vários traslados de recibos que estão nas mãos de Francisco da Cunha de Carvalho referentes a essas compras. Importante informar que Francisco da Cunha estava entre os dez sujeitos mencionados no documento acerca do gado perdido no Cariri em 1734, ao que tudo indica, relacionados a esta venda feita ao capitão José Gomes da Silveira e seus sócios. Primeiro, é trasladada a chamada “lista de gado”:

Resta do gado que se tem ferrado para o senhor Francisco Machado Freire e senhor Antônio Machado Freire e o senhor capitão José Gomes da Silveira nesta fazenda dos Cavaletes, que os ditos senhores compraram, como consta de sua assinatura feita hoje dezoito de maio de mil setecentos e trinta e dois anos, a saber: fêmeas quinhentas e oito, machos duzentos e trinta e dois; de Domingos Gonçalves quarenta fêmeas, machos dezesseis. Soma tudo salvo erro setecentos e noventa e sete cabeças como também tomou o dito senhor entregadas bestas que são quarenta e poldros treze, cavalos mansos nove, e dois escravos, um por nome Manoel e outro por nome Damião, e quarenta e uma cabras. Por assim ser verdade fizeram dois deste teor, um que leva o senhor Francisco Machado Freire e outro que me fica, ambos assinados hoje dezoito de maio de mil setecentos e trinta e dois anos. Francisco da Cunha de Carvalho. Francisco Machado Freire.¹⁴

Os valores dessa compra não são mencionados nos documentos trasladados no registro notarial, mas levando em consideração o número de animais (quase 800 reses) e que uma cabeça de gado valia à época entre 1800 e 2400 réis, que um cavalo valia, em média, 15 mil réis, que ovelhas e cabras valiam cerca de 500 réis cada, e que escravizados homens adultos custavam em torno de 100 mil réis ou mais, podemos estimar que o investimento total

¹⁴ CCJQ. Livro de Notas 1738-1740: Quitações lançadas nesta nota a requerimento de Francisco da Cunha de Carvalho. 14 de novembro de 1738. Fls.: 24v-26.



empregado pelos sócios girava em torno de 2 a 2,5 contos de réis. Esta era uma expressiva soma de dinheiro para os padrões de negócio à época.

Junto dessa lista, constam ainda quatro recibos de entrega dos gados, mas que não dão conta de todo o acordo, citando apenas cerca de dois-terços das reses encomendadas em 1732. Todos os recibos são dados por Manoel Alves da Costa, que provavelmente é o administrador do gado e das terras, e responsável por receber e marcar os recém-adquiridos bichos com o ferro dos três mencionados sócios.

- i)* 03/04/1733 – 142 fêmeas e 83 machos; 7 fêmeas e 6 machos de Domingos Gonçalves; 2 escravizados de nomes Paulo e Domingos; 5 cavalos; 1 potro; 1 égua; 8 cabras;
- ii)* 07/05/1734 – 23 fêmeas e 18 machos; 1 macho de Domingos Gonçalves;
- iii)* 18/08/1735 – 6 fêmeas e 19 machos;
- iv)* 24/03/1738 – 14 fêmeas e 7 machos.

Desses recibos se pode extrair, de imediato, que o comércio bovino se baseava tanto na produção contemporânea quanto em projeções futuras acerca da produtividade do criatório. Ou seja, com o estabelecimento dessa dinâmica, havia um entendimento de que aquela área era e continuaria a ser abastecedora do produto então comercializado. A economia pecuária, portanto, não era subsidiária da economia majoritariamente açucareira do litoral, pelo contrário, essa produção litorânea necessitava daquela produção sertaneja. Jucá Sampaio (2014) aponta que a produção agropecuária tinha como uma de suas incumbências principais suprir diversas demandas internas, permitindo, assim, a especialização das áreas produtivas dedicadas ao açúcar e à mineração, assim como supria demandas externas através do comércio atlântico. Tudo isso, obviamente, além de ser voltada também para o autoconsumo.

Alguns registros cartoriais dão conta de outros sujeitos que também eram da praça do Recife e seus arredores e que tinham sítios e gados nas ribeiras do sertão de Piranhas, ainda que em alguns desses casos não fique claro se esses pecuaristas enviavam suas boiadas para a praça, como José Gomes da Silveira e seus sócios. Esse é o caso do capitão Mateus Pereira de Oliveira, que recebeu sesmarias no sertão de Piranhas nos anos de 1673 e 1700. Na primeira carta de sesmaria que recebeu, dizia-se morador da capitania da Paraíba,¹⁵ informação

¹⁵ Plataforma de Sesmarias do Império Luso Brasileiro (SILB). Sesmaria PB 1153, concedida em 09 de janeiro de 1673. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufpb.br/sesmaria/PB%201153>. Acesso em: 10 de junho de 2021.



bastante imprecisa, sobretudo quando comparada com a carta de 1700 que não menciona onde mora,¹⁶ e ainda mais quando em 1720 aparece como morador na freguesia de São Lourenço da Mata, compreendida na zona açucareira da praça do Recife. Justiça seja feita, nesse último documento ele está, de fato, no sertão de Piranhas e informa que sua mãe, Izabel Pereira, tem terras ali.¹⁷ Portanto, é também possível que ele tenha habitado naquele sertão décadas antes de mudar-se para Pernambuco.

O motivo de seu relato é porque naquele momento está efetivando uma venda de 400 cabeças de gado vacum e mais quatro cavalos de sua propriedade, que estão nas terras de sua mãe, situadas na ribeira das Piranhas, ao reverendo padre cura Antônio Reis Frazão, morador no sítio Curralinho, para onde o tabelião se deslocara naquele dia. O valor unitário do gado era de 1800 réis, e dos cavalos, 15 mil réis, perfazendo a soma de 780 mil réis. Não se explicam os motivos, mas o total da transação tinha a monta de 782.200 réis, provavelmente porque o pagamento não viria a ser feito todo à vista e sofria alguma incidência de juros. No ato da escritura, o padre Frazão entregou 200 mil réis em dinheiro a Matheus Pereira. Outros 400 mil réis seriam pagos quando o reverendo recebesse o que lhe devia o coronel Gaspar Pinto Carneiro, e os 182 mil réis seriam pagos em cavalos.

O referido coronel Gaspar havia pegado essa quantia com o padre para realizar outra transação de gado, não para si, mas como representante de Antônio Vilela Lopes, morador na Bahia. Consta nos registros que o tenente-coronel Domingos de Sá Cavalcante vendia a Antônio Vilela, naquele mesmo ano de 1720, todo o gado vacum e cavalos com a marca de seu ferro, ovelhas, cabras, bestas, ferramentas e fechaduras, assim como três escravizados, que estavam no seu sítio do Genipapo, na ribeira do Piancó.¹⁸ Não informa na nota o preço final do conjunto de bens, mas que recebeu 900 mil réis do coronel Gaspar Pinto Carneiro, em dinheiro de contado, no ato da venda. O restante seria pago em duas parcelas, sendo a primeira de 450 mil réis em janeiro de 1721, e o restante em janeiro de 1722, valores a serem

¹⁶ Tavares, Joao de Lyra. Nº 19, em 5 de agosto de 1700, p. 41-42.

¹⁷ CCJQ. Livro de Notas 1719-1725: Escritura de venda de gados vacum e cavalos que faz o capitão Matheus Pereira de Oliveira ao reverendo padre o licenciado Antônio Rodrigues Frazão, sítios em o sítio do Curralinho de Cima, Ribeira das Piranhas. 09 de setembro de 1720. Fls.: 20v-22.

¹⁸ CCJQ. Livro de Notas 1719-1725: Documento sem cabeçalho pois lhe falta a primeira folha. Provavelmente de setembro de 1720. Fls.: 19-20v.



entregues em dinheiro e na praça do Recife.¹⁹ Este é um típico exemplo de como funcionavam as cadeias de crédito nas transações de patrimônio.

Como foi apontado, da praça do Recife foram arregimentados muitos homens para compor as forças que combateram na Guerra dos Bárbaros²⁰, e participar desse processo forneceu recursos a esses sujeitos principalmente em terras nas áreas que, até então, eram habitadas exclusivamente por nativos. Ao solicitar terras em sesmaria na ribeira das Piranhas, em 1673, Mateus Pereira estava se aproveitando dessa possibilidade aberta pela sua atuação nos conflitos, acompanhado de outros familiares, que também aparecem na dita carta de concessão.

Isso fica claro quando, em 1700, diziam os solicitantes (dez no total, incluindo Matheus) que mereciam as ditas terras porque haviam “feito serviços a Sua Magestade na defesa do Tapuia”.²¹ Com seu retorno aos arrabaldes do Recife, as terras de Matheus e seus familiares seguiram sendo utilizadas para criação de gado, que é vendido em 1720 ao padre Antônio Frazão.

Muitas décadas à frente, mas ainda muito semelhante é o caso do tenente Inácio Pereira da Silva, morador no Cabo de Santo Agostinho, outra das freguesias ao redor do Recife. No dia 17 de maio de 1790, ao passar pelos sertões da Paraíba, foi ao escritório do tabelião Luís Antônio do Rego Faria solicitar a elaboração de uma procuração bastante. O tenente nomeou procuradores na cidade de Salvador da Bahia, na cidade da Paraíba, na vila de Pombal e na ribeira do Rio do Peixe. Como especialidade, definia que seus representantes nesse sertão deveriam “[...] haver a fazenda de gado que ele outorgante possui na ribeira do

¹⁹ Preços unitários da venda: cada cabeça de gado vacum: 2400 réis; cada cavalo: 15000 réis; bestas grandes: 9 mil réis cada e pequenas, 5 mil réis cada; ovelhas e cabras a 5 tostões cada; ferramentas e fechaduras seriam avaliadas por dois homens; escravizados da Guiné, chamados Manoel, Matheus e Antônio: 150 mil réis cada. Sobre eles, declara o vendedor que “[...] sendo que algum dos escravos não queira servir ao dito comprador serei obrigado a recebê-lo”. CCJQ. Livro de Notas 1719-1725: Documento sem cabeçalho, pois lhe falta a primeira folha. Provavelmente de setembro de 1720. Fls.: 19-20v.

²⁰ A “Guerra dos Bárbaros” se refere aos conflitos entre colonizadores luso-brasílicos, que chegavam pelas chamadas “entradas” provindas principalmente do litoral das capitanias do Norte, contra as populações indígenas que habitavam os sertões das capitanias do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, compreendidos entre c. 1660 e c. 1720. A forma como esses foram nomeados pelos luso-brasílicos, de “Guerra dos Bárbaros”, carregava em si toda uma retórica portuguesa de busca pela justificativa para os conflitos contra os nativos. Sobre a “Guerra dos Bárbaros”, indicamos alguns trabalhos mais recentes: Galindo (2017); Oliveira (2017); Araujo (2007); Pires (2004) e Puntoni (2002)

²¹ Tavares, Joao de Lyra. Nº 19, em 5 de agosto de 1700, p. 41-42.



Rio do Peixe, chamada Mata Fresca, situada com gado vacum e cavalari, casas de vivenda, logradouros”.²²

Ou seja, mesmo para sujeitos que não aparentam fazer parte da comunidade mercantil daquela praça,²³ como o capitão Matheus e o tenente Inácio, ter terras e criatório de gados nos sertões de Piranhas e Piancó foi um dos meios encontrados por pessoas que visavam aumentar sua composição patrimonial. Não obstante, o fato de existirem casos assim não constitui uma regra, como sugeriu Caio Prado Jr. (1978), ao afirmar que senhores proprietários de fazendas nos sertões da América portuguesa seriam absenteístas, residindo nos centros urbanos do litoral. Pelo contrário, as fontes nos dão provas de poucos personagens que se encaixam nessa caracterização.

As fontes fornecem indícios de vendas de gado para o Recife feitas por produtores pecuaristas e residentes no próprio sertão, muito embora esses registros cartoriais não sejam tão numerosos como esperávamos. As cartas e acordos sobre essas transações provavelmente acompanhavam as procurações bastantes e, por serem registros particulares, não constam nos livros de notas, salvo em casos excepcionais.

Esses indícios são sintomáticos dessas redes de comércio. Em 23 de maio de 1734, por exemplo, Francisco Carvalho Medina e Caetano da Costa enviaram uma procuração para o Recife, nomeando o capitão João Borges Barbosa e Manoel Lemos para que cobrassem a Domingos Dias o valor de 14 bois de açougue que enviaram para aquela praça.²⁴ Também o traslado de um recibo passado pelo comissário Teodoro Alves de Figueiredo, lançado em notas em novembro de 1766, por pedido do ajudante Antônio Alves da Costa, no qual afirma:

Estou pago e satisfeito da quantia de quatrocentos e tantos mil réis ou o que na verdade constar de uma obrigação procedida de uma boiada que vendi ao ajudante Antônio Alves da Costa nas eras passadas para Pernambuco, e sendo que apareça em tempo algum ou em mão de alguém, não terá validade alguma por estar paga e satisfeita e ter recebido a sua conta em dinheiro.²⁵

²² CCJQ. Livro de Notas 1793 (2º livro): Procuração bastante que faz o tenente Inácio Pereira da Silva. 17 de maio de 1790. Fls.: 39-40.

²³ Nenhum dos dois sujeitos aparece no levantamento feito por George Cabral de Souza (2020), que levantou mais de 400 nomes de homens de negócio e comerciantes da comunidade mercantil do Recife ao longo do século XVIII, que será melhor discutido mais adiante.

²⁴ CCJQ. Livro de Notas 1730: Procuração bastante que fazem Francisco Carvalho Medina e Caetano da Costa a pessoas nela contidas. 23 de maio de 1734. Fls.: 54v-55v.

²⁵ CCJQ. Livro de Notas 1775 (folhas deslocadas): Documento lançado nesta nota a requerimento do ajudante Antônio Alves da Costa. 18 de novembro de 1766. Fls.: 29v-30. Grifo nosso.



O comissário Teodoro Alves de Figueiredo era grande pecuarista. Em 1738, por exemplo, adquiriu um sítio chamado Boa Vista, na ribeira das Piranhas, de seu pai, o capitão Jacinto Alves de Figueiredo. O valor foi de 2 mil cruzados, pagos em 400 cabeças de gado, sendo 200 machos e 200 fêmeas, avaliados em 2 mil réis cada. O motivo da venda era a necessidade de Jacinto ter gados suficientes para “[...] dar a penhora em uma execução que lhe fez no juízo da ouvidoria-geral da cidade da Paraíba do Norte Frutuoso Dias da Silva, por não chegar o gado que ele vendedor possuía para a importância da dívida que se lhe pede”.²⁶

Alguns anos à frente, o comissário Teodoro ainda fez vultosas doações de cabeças de gado, sendo 500 apenas para as missões lideradas pelo padre Gabriel Malagrida, em 1744.²⁷ Em 1739, tinha adquirido todo o gado vacum e cavalari, bestas, cabras, potros, ferramentas e um escravizado que estavam na fazenda do arraial da Formiga, pertencentes ao finado capitão-mor Lourenço Gama Barbosa.²⁸ Tanto gado adquirido, doado e usado para pagamento deixa evidente como a pecuária cumpria um papel economicamente importante.

Como é possível perceber nos casos apresentados acima, o gado era amplamente utilizado como moeda substituta. Diante da frequente escassez de moedas metálicas na América portuguesa, eram amplamente utilizados produtos de grande circulação que poderiam substituí-las, sendo um deles o gado. Evidentemente que são apenas substituições “temporárias”, já que é a moeda que tem como papel substituir produtos, e não o inverso, conforme explica Antonio Jucá Sampaio (2017, p. 276):

É importante ressaltar que essas ‘moedas substitutas’ [...] tinham unicamente a função de meio de pagamento alternativo. Isso quer dizer que elas jamais foram utilizadas como unidade de conta. Ou seja, não se trocava um engenho ou um sobrado na cidade, por exemplo, por um certo número de arrobas de açúcar. O valor era sempre calculado em mil-réis, o que fazia com que a quantidade de açúcar (ou

²⁶ CCJQ. Livro de Notas 1738-1740: Escritura de venda de um sítio de terras na Ribeira das Piranhas chamado da Boa Vista que faz o capitão Jacinto Alves de Figueiredo a seu filho o comissário Teodoro Alves de Figueiredo. 22 de julho de 1738. Fls.: 10-11.

²⁷ CCJQ. Livro de Notas 1744-1747: Escritura de doação que faz o comissário Teodoro Alves de Figueiredo à Virgem Senhora da Conceição padroeira das missões do Reverendo Padre Gabriel Malagrida missionário apostólico de todos os bens abaixo declarados. 30 de junho de 1744. Fls.: 1-3.

²⁸ Valores: cabeças de gado a 2 mil réis cada; bestas a 5 mil réis cada; cavalos a 8 mil réis cada; cabras a 2 tostões cada; potros a 9 mil réis cada; ferramentas por 4800 réis; e o escravo da Guiné, Miguel, por 100 mil réis. A venda era feita pelo capitão-mor João de Miranda, procurador do capitão Antônio Dantas da Gama e Azevedo, que por sua vez era testamenteiro de seu defunto irmão. O pagamento seria feito em duas parcelas, sendo a primeira em agosto de 1740 e a segunda em agosto de 1741. CCJQ. Livro de Notas 1738-1740: Escritura de venda de gado e bestas e tudo pertencente à fazenda do arraial da Formiga que faz o capitão-mor João de Miranda como procurador bastante do capitão Antônio Dantas da Gama e Azevedo ao comissário Teodoro Alves de Figueiredo. 03 de outubro de 1739. Fls.: 79v-82v.



outro meio de pagamento alternativo) a ser entregue ao vendedor dependesse da cotação que ele alcançasse no momento do pagamento.

Além disso, Luiz Mott (1976) propõe que a falta de moeda metálica se constituiu em um fator ímpar de estímulo ao comércio por crédito. Essa relação se dava tendo como base o tempo que o devedor teria para levantar os valores devidos caso a transação não tivesse sido feita com moedas substitutas, o que nem sempre era interessante para alguma das partes. Entretanto, o autor alerta que a prática do comércio por crédito remonta a raízes mais profundas da tradição comercial portuguesa, que não necessariamente tenham relação com a escassez de moeda, embora esta fosse uma razão agravatória.

Para além da praça do Recife, a capitania de Pernambuco recebia gados dos sertões da Paraíba através da vila de Goiana, que servia, também, como ponto de redistribuição para o próprio Recife e para demais localidades litorâneas da capitania.

O abastecimento à feira geral de gados da vila de Goiana

Goiana foi freguesia da então capitania de Itamaracá até 1763, quando essa capitania foi integrada em Pernambuco, após a compra que fez a coroa portuguesa à família donatária por 40 mil cruzados. Goiana foi elevada a vila pela primeira vez em 1685, mas perdeu o estatuto em 1709, voltando a ser vila em 1711, no mesmo ano que o Recife. Como tal, constituiu importante ponto de comércio, contato, trocas culturais e experiências com os homens dos sertões de Piranhas e Piancó, ao longo do século XVIII.

Estava localizada a cerca de 15 léguas ao norte do Recife e ficava às margens do rio Goiana. Devido ao seu clima e à fartura de recursos hídricos, acabou por ser uma importante área produtora de cana-de-açúcar no século XVII. Em Goiana também se cruzavam diversos caminhos que ligavam os sertões, vilas e cidades das capitanias do Norte a Olinda e a Recife. O viajante luso-britânico Henry Koster apontaria, em 1810, que o caminho que ia de Goiana a Recife “[...] é a grande estrada para o sertão, por onde o gado desce das fazendas no rio Assú, e dos campos nessa região do interior, para os mercados do Recife” e, por conta disso, naquela vila “o comércio com o interior é intenso” (Koster, 1942, p. 81-82).

Um importante demonstrativo dessa característica “interligada” de Goiana é o fato de ali haver, desde meados do século XVIII, uma das poucas feiras de gados de que se tem notícia existente antes do século XIX. Luiz Mott (1976) sustenta a hipótese de que, embora a ideia da existência de feiras enraíze-se nos primórdios da vida brasileira, sua emergência



ocorreu apenas quando se atingiu uma maior densidade populacional e diversificação econômica, como ocorreu no decorrer do Oitocentos. Entretanto, sobre a feira de Goiana há uma enorme ausência de pesquisas, mesmo que ela tenha sido um destacado ponto de comércio de gados e couros, que atraía marchantes e criadores de várias ribeiras das capitâneas do Ceará, Rio Grande e Paraíba (Lira, 2015).

Compartilhamos da ideia de Juliana Henrique (2014, p. 69), que contrapõe a ausência de registros à possibilidade de terem existido outras feiras, afinal:

Podemos imaginar sim um passado no qual as feiras-livres ou as feiras rurais tiveram um papel importante. Mesmo sem muitas referências documentais, é razoável pensar que praticamente todas as vilas e freguesias mais movimentadas dos sertões possuíam feiras com uma certa periodicidade, ao menos para o final do século XVIII.

Para Fernand Braudel (2009), as feiras cumprem, na história humana, importante papel na sociabilidade, sobretudo porque permitem muito mais do que trocas comerciais de diferentes produtores entre si, com outros consumidores, ou mesmo com negociantes: a feira é um espaço de troca, no mais amplo sentido que a palavra possa carregar, extrapolando o sentido meramente comercial. Esses locais eram interessantes, logicamente, também para os pequenos ou grandes pecuaristas espalhados pelos vastos sertões:

Ponto simultaneamente marcado pela espera dos produtores ou condutores de gado sedentos em ver um fim para as suas longas jornadas, ansiosos por fechar um bom negócio, abrigava ao mesmo tempo a circulação e os olhos atentos dos espertos marchantes, já versados nos negócios de gado, sempre a espera por uma oportunidade de comprarem pelo menor preço possível as reses sertanejas (Henrique, 2014, p. 8-9).

No decorrer do século XVIII, encontramos nos registros notariais variadas ligações entre os sertões de Piranhas e Piancó e Goiana. Curiosamente, nenhum desses documentos fornece-nos informações concretas sobre relações comerciais, mas apontam para migrações e movimentações espaciais de famílias. O tipo documental mais frequente dessas relações foram as procurações bastantes e, nelas, as demandas por recebimento de legítimas e heranças merecem destaque.

Esse é o caso de Manoel Soares Camelo, morador no sítio Santo Antônio, que, em 1731, instituiu três padres como seus procuradores em Goiana, solicitando que recebessem por ele a legítima de seu pai, a qual estava com sua mãe e viera a falecer.²⁹ Semelhantemente

²⁹ CCJQ. Livro de Notas 1730: Procuração bastante que faz Manoel Soares Camelo. 12 de junho de 1731. Fls.: 34v-35.



fez Josefa Maria do Carmo, que foi ao cartório da vila de Pombal em 1774, e lá emitiu uma procuração com o objetivo de ser representada na arrecadação da herança que lhe pertencia por falecimento de sua tia, Izabel Mendes, moradora em Goiana.³⁰

Além desse tipo de registros, conseguimos encontrar na documentação algumas negociações de patrimônio fundiário dos sertões de Piranhas e Piancó envolvendo moradores da vila de Goiana. Em algumas delas, o vendedor era morador de Goiana, como é o caso do casal Antônio dos Anjos e Inácia Maria da Silva, que em fins do século XVIII venderam um pedaço de terras no sítio do Riacho de São Francisco, na ribeira do Rio do Peixe, ao capitão comandante Manoel Vieira da Silva por 100 mil réis em dinheiro. Representava o casal Francisco Pacheco de Lira, residente neste mesmo sertão.³¹

Também há registros de transações em que os compradores é que eram da vila de Goiana. Em 1777, o capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, residente na Bahia, decidiu vender seu sítio Cotias, localizado na ribeira das Piranhas, ao padre Pedro de Albuquerque Melo. Mas, como uma típica transação em tempos coloniais em que as distâncias interferiam diretamente no ritmo da vida, para a efetivação da venda, comprador e vendedor estabeleceram procuradores, e o procurador do vendedor também estabeleceu um subprocurador. Portanto, o capitão Estevão Pereira de Moura, morador na cidade da Bahia e primeiro procurador do capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita, instituiu como seu representante na ribeira das Piranhas o doutor padre Francisco Xavier de Viveiros e Oliveira. Já o comprador, padre Pedro de Albuquerque, que além de sacerdote do hábito de São Pedro, era comissário do Santo Ofício e capitão-mor do regimento de cavalaria auxiliar de Goiana, nomeou João Nunes Tavares de Araújo como seu procurador para a dita transação. O dito sítio, objeto do negócio, tinha uma légua quadrada, havia sido obtido por Rocha Pita por carta de sesmaria, e era vendido por 400 mil réis, tendo sido pagos 200 mil no ato de escrituração, restando duas parcelas de 100 mil réis a serem pagas anualmente a contar do ato de venda.³²

³⁰ CCJQ. Livro de Notas 1773: Procuração bastante que faz Josefa Maria do Carmo, mulher de João Antônio da Costa, por impedimento deste. 24 de junho de 1774. Fls.: 48v-49v.

³¹ CCJQ. Livro de Notas 1790: Escritura de venda de um pedaço de terra que faz Francisco Pacheco de Lira como procurador que mostra ser Antônio dos Anjos e sua mulher Inácia Maria da Silva, moradores no termo da vila de Goiana, ao capitão comandante Manoel Vieira da Silva. 04 de dezembro de 1796. Fls.: folhas deslocadas.

³² CCJQ. Livro de Notas 1777: Escritura de venda que faz o capitão-mor Cristóvão da Rocha Pita por seu procurador o reverendo doutor Francisco Xavier de Viveiros e Oliveira, de um sítio de terras chamado as Cotias, na ribeira das Piranhas ao reverendo padre Pedro de Albuquerque e Melo, por seu procurador João Nunes Tavares de Araújo. 12 de junho de 1777. Fls.: 65-66v.



Embora esses documentos cartoriais não tragam questões relacionadas a transações comerciais propriamente ditas, seria inadequado deixar de apontar para essa possibilidade e veremos o porquê. Como dissemos, Goiana acabou tornando-se uma espécie de entreposto comercial importante na dinâmica de abastecimento do litoral, sobretudo da cidade de Olinda e da vila do Recife, no decorrer do século XVIII, estendendo-se ao século XIX. O *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil* (Saint-Adolphe, 1845), explica que em Goiana:

Ha nella uma fabrica de cortume, armazéns onde se depositão as mercadorias, e todas as quintas feiras uma feira de gado. Seu principal commercio consiste em algodão, assucar, aguardente de canna, couros curtidos e por curtir, madeiras de marcenaria, Carpentaria e tinturaria, e oleo de mamona, generos que se levão para o porto do Recife.³³

Isso nos leva a crer que tal feira de Goiana, embora tenha iniciado com a comercialização do gado que subia das ribeiras sertanejas, logo ganhou proporções conforme o avançar das décadas e a dinamização do comércio e dos fluxos de abastecimento que viriam a ocorrer nas últimas décadas do Setecentos e durante o século seguinte. Atenhamo-nos, por enquanto, à comercialização dos gados no último quartel do século XVIII.

No fim da década de 1780, o governador-general da capitania de Pernambuco, dom Tomás José de Melo (1787-1798), então comandante também das capitanias anexas do Rio Grande, Ceará e Paraíba, lançou uma série de ofícios tratando da importância de se manter o constante fluxo de gados para a feira geral de Goiana, pois era dali que provinha o abastecimento de carnes frescas para a praça do Recife. Tais ofícios eram emitidos em um contexto de diminuição da produção pecuária nos sertões em razão das secas de 1777-1778 (Alves, 2003).

Em uma carta de ofício que dom Tomas enviou ao corregedor da comarca da Paraíba, em março de 1788, expôs um problema que vinha afetando esse importante abastecimento:

Tendo notícia certa que não tem chegado boiadas algumas a Goiana para na feira da mesma vila se venderem aos marchantes que ali costumam ir comprar gados para matarem nesta vila e mais terras desta capitania, e que esta falta é nascida de não quererem os criadores de gados conduzirem os mesmos à sobredita vila para [vender] e deste modo fazerem falta de carnes e poderem vender os seus gados por

³³ Saint-Adolphe, J.C.R. Milliet de. *Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil*. Tomo I. Paris: Typographia de Fain e Thunot, 1845, p. 392.



preços exorbitantes aos mesmos marchantes do que [fique] o prejuízo irreparável e uma fome certa em todos estes povos.³⁴

Essa manipulação artificial dos preços praticados na feira por parte de produtores vinha trazendo prejuízos ao povo, sobretudo aos mais pobres e doentes, nas palavras do governador.³⁵ Na verdade, esse tipo de constatação era comum à época, com câmaras municipais de vilas e cidades preocupadas com o abastecimento de gêneros de primeira necessidade, como carne e farinha, manifestando-se acerca dessas irregularidades a diferentes governadores e reis de Portugal, e exercendo seu poder fiscalizador e regulador das práticas mercantis locais (Barbosa, 2018).

A questão, entretanto, não envolvia exclusivamente os criadores, mas segundo informa o governador-general ao ouvidor da comarca de Pernambuco, o que vinha ocorrendo é que “[...] pessoas mal intencionadas e comulantes (*sic*) a seus particulares interesses [...] tem chegado aos criadores do sertão que lhes mando avaliar seus gados para serem vendidos segundo suas avaliações pretendendo horrizá-los (*sic*)” fazendo com que não quisessem conduzir seus gados para Goiana por temerem uma desvalorização prévia.³⁶ O grande problema é que essas desinformações estavam levando não somente ao descumprimento do edital que havia sido publicado, obrigando que todo gado de venda das capitâneas do Norte fosse remetido à dita feira de Goiana, mas vinha trazendo desabastecimento das zonas litorâneas, que, há décadas, não se dedicavam ao criatório de animais em larga escala em razão da economia focada na produção açucareira.

As ordens passadas a ambos os oficiais da justiça iam na mesma direção: que tomassem providências para a manutenção do fluxo de gados e carnes, e que para isso,

[...] expedirá as ordens que lhes parecer mais convenientes para todas as câmaras de sua comarca, juizes, capitães-mores e comandantes, para que imediatamente que as receberem obriguem aos donos ou administradores das fazendas de gados a que conduzam para a feira de Goiana, todos os que forem precisos regulando a quantidade que deve sair todas as semanas pelo costume dos mais anos, de tal sorte

³⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Ofícios do Governo de Pernambuco, livro 4: Carta ao Doutor Corregedor da Comarca da Paraíba sobre os gados que deve fazer conduzir à feira de Goiana. 27 de março de 1788. Fls.: ilegíveis.

³⁵ Em alguns dos ofícios enviados neste mesmo ano de 1788, dom Tomás fazia questão de frisar que era preciso que a carne fresca chegasse ao povo e aos doentes. Cf.: APEJE. Ofícios do Governo de Pernambuco, livro 4: Carta ao coronel governador da Paraíba sobre o piloto francês, certidão do reideiro monopolista, sesmarias, e modelo do livro da agricultura e falta de carne. 23 de junho de 1788. Fls.: 89v-90v; Carta aos oficiais da câmara do Rio Grande do Norte sobre se lhe ordenar proibam que os gados do seu termo passem ao Jaguaribe e Aracati e que os façam encaminhar à Feira de Goiana. 15 de maio de 1788. Fls.: 66.

³⁶ APEJE. Ofícios do Governo de Pernambuco, livro 4: Carta ao ouvidor desta comarca sobre gados. 27 de março de 1788. Fls.: 42.



que se não venha a sentir falta alguma de carnes tanto nesta vila como nas mais [vilas] que costumam ir comprar à sobredita feira, estas debaixo de pena de prisão e serem conduzidos os rebeldes à cadeia desta vila à sua custa e se lhe mandar [tomar] os seus gados para a sobredita feira.³⁷

E que nessas ordens e comunicados,

[...] se declare aos criadores que [não é] da minha intenção impor preços em seus gados nem mandá-los avaliar antes de serem vendidos e que as posteriores avaliações se encaminham para diversos fins e todos proveitosos ao serviço da Soberana e bem do público.³⁸

Conforme oficiou aos camarários da vila de Sirinhaém, a lógica era que se fazendo o ajuntamento do gado apenas na feira “[...] para delas se repartir por todos os talhos fico eu informado do povo que há nas ditas vilas e seus termos, regulado pelo número de cabeças que consome, assumo fazer repartir com igualdade em tempos de falta de gados que houver”.³⁹

A tentativa de ordenamento do consumo, do abastecimento, do comércio de gado e do corte de carne fresca nos talhos dos açougues litorâneos por parte do governador de Pernambuco é deveras informativa do papel que tinha a feira de Goiana no último quartel do século XVIII. Ele reforçava em seus ofícios que não permitiria que entrasse ou saísse gado daquela feira ou da vila do Recife sem o devido registro e sem as necessárias cartas de guia, pois aquele mercado à céu aberto devia ser regulado e eficiente. Esse controle tinha o objetivo primário de evitar evasões fiscais e desvios ou contrabandos por parte de produtores e marchantes e, fica claro pelos presentes ofícios, também pelos consumidores.

Ainda em 1788, mas já em maio, uma das cartas do governador finalmente ligava diretamente o sertão de Piranhas à vila de Goiana no que se refere ao fornecimento de gado para a feira e para a vila do Recife. Na dita missiva, enviada ao juiz ordinário da vila de Goiana, o governador o informa que:

Vicente Borges Gorjão tem uma boiada a qual vem do sertão das Piranhas e me requereu facilidade para a fazer picar no açougue do Recife, a qual [havia de] chegar ontem nessa feira, não obstante a lhe não ter dado facilidade por escrito nem tampouco uma boiada de seu procurador Manoel Gonçalves Melo, morador no sertão do Seridó, que requer a mesma facilidade, Vossa Mercê logo que elas

³⁷ APEJE. Ofícios do Governo de Pernambuco, livro 4: Carta ao Doutor Corregedor da Comarca da Paraíba sobre os gados que deve fazer conduzir à Feira de Goiana. 27 de março de 1788. Fls.: ilegíveis.

³⁸ APEJE. Ofícios do Governo de Pernambuco, livro 4: Carta ao ouvidor desta comarca sobre os gados. 27 de março de 1788. Fls.: ilegíveis.

³⁹ APEJE. Ofícios de Governo de Pernambuco, livro 4: Carta aos oficiais da câmara da Vila de Sirinhaém, sobre a alteração da taxa da carne, a venda de gado que deve ser realizada na feira geral de Goiana e da falta de plantação de mandioca. 14 de abril de 1788. Fls. 53v, 54, 54v.



chegarem a essa vila lhe mande passar as guias competentes para virem para esta praça.⁴⁰

Não há como ter certeza, mas este Vicente Borges Gorjão pode ser o mesmo “tenente Vicente Gorjão” que foi nomeado procurador em Recife por duas vezes no ano de 1768 por dois sertanejos das Piranhas, um escrivão interno do meirinho do campo e outro que era criador de gados na fazenda Espírito Santo.⁴¹ Outra possível menção a esse indivíduo foi de 1807, em um requerimento enviado ao príncipe regente D. João por um tal Vicente Borges Gorjão, inquiridor, distribuidor e contador do Juízo de Fora da vila do Recife.⁴² Embora haja um largo temporal de 40 anos entre os registros, é possível que se trate do mesmo sujeito e que, como tantos outros, esse houvesse investido na criação de gado nos sertões das capitanias do Norte, mesmo que residisse no litoral e lá atuasse em outras frentes.

A ida de gado em pé e a sua venda exclusivamente na dita feira para evitar o desabastecimento fizeram o governador de Pernambuco lançar ordens um tanto quanto absurdas, poder-se-ia afirmar. Exigir que todas as negociações de gado nas capitanias do Norte tivessem de ocorrer na feira era uma ordem inexecutável, uma vez que se tratava de um dilatado espaço e que as jornadas eram longas e árduas. Ao que parece, diante dessas impossibilidades e dificuldades de cumprimento das ordens, o governador foi “forçado” a dar explicações e a abrandar algumas das decisões. Em 9 de junho de 1788, escreve ao coronel da capitania da Paraíba do Norte que caso este soubesse da atuação de algum atravessador ou revendedor que logo o informasse para “fazer castigar rigorosamente os criminosos”, mas procura deixar claro:

[...] advertindo que eu não chamo atravessadores e revendedores aos que vão comprar gados às próprias fazendas delas, para dali os irem ver à feira. Chamo, sim, atravessadores e revendedores aos que vendem ou compram boiadas pelas estradas ou antes ou depois de irem à feira.⁴³

Em outras palavras, a autoridade define que os atravessadores a que se refere são aqueles que, pelo menos desde os primeiros ofícios que enviou naquele ano, estavam manipulando artificialmente os preços dos gados e das carnes através de boatos e da prática

⁴⁰ APEJE. Ofícios do Governo de Pernambuco, livro 4: Carta ao juiz ordinário de Goiana sobre ser [ilegível]. 6 de maio de 1788. Fls.: 64v.

⁴¹ CCJQ. Livro de Notas 1767: Procuração bastante que faz Agostinho José da Costa. Janeiro de 1768. Fls.: ilegíveis; Livro de Notas 1767: Procuração bastante que faz Serafim de Sousa Marques como administrador de suas filhas Ana de Sousa e Maria dos Anjos. 29 de setembro de 1768. Fls.: 76v-77v.

⁴² AHU-PE: Cx. 266, D. 17781. 9 de abril de 1807.

⁴³ APEJE. Ofícios do Governo de Pernambuco, livro 4: Carta ao coronel governador da Paraíba sobre a agricultura, sesmarias de terras e falta de carne. 9 de junho de 1788. Fls.: 81v-82.



irregular de compra e revenda, sem as devidas cartas de guia e pagamento das taxas necessárias. Poucos dias antes dessa carta, teve de dizer ao juiz ordinário de Goiana que não fosse tão severo no cumprimento das ordens por ele passadas, pois havia procedido contra pessoas que mataram algumas reses fora do açougue exclusivamente com o objetivo de sustentar as famílias, e que, nesses casos, “[...] os deve deixar impunes, por se não considerarem atravessadores aquelas pessoas que na falta de carne matam alguma res para seu gasto [...] fazendo conduzir o resto para o açougue”.⁴⁴

Essas determinações, aos poucos explicadas aos seus subalternos espalhados pelas capitânicas do Norte, também passavam a ser contestadas. Os oficiais da câmara de Natal, que aparentemente reclamaram das ordens do governador de mandar fechar os portos do sertão de Assú e Mossoró para que não saíssem barcos dali com carnes secas e, assim, não fossem destinadas boiadas para lá, também se manifestaram que era inviável que a comercialização de gados se desse apenas na feira geral de Goiana, ao que lhes respondeu o governador:

[...] declaro a Vossas Mercês que não é minha [in]tenção que o gado venha todo à feira de Goiana, e fiquem esses povos sem o que lhes for necessário, este porém deve ser regulado de sorte que semelhante pretexto se não embarace a preferência que eu pretendo haja na referida feira os ditos gados que devem remeter-se para esse povo.⁴⁵

As disputas em torno dos portos do sertão foram minuciosamente investigadas por Gabriel Nogueira (2021) em sua recente tese de doutorado. De acordo com o pesquisador, as dinâmicas de produção das oficinas de carne salgada na costa das capitânicas do Rio Grande e Ceará respondiam aos interesses de grupos mercantis tanto locais quanto da praça do Recife, nem sempre correspondendo às necessidades de abastecimento dos maiores núcleos urbanos das capitânicas do Norte ou aos desígnios administrativos de autoridades régias ou locais (Nogueira, 2021).

Tais dificuldades de manter um fluxo constante de carnes frescas para a feira de Goiana e a praça do Recife não iniciou em 1788, como podem sugerir as correspondências até aqui apresentadas. Uma carta do governador de Pernambuco José César de Meneses (1774-1787) à rainha D. Maria I em 1786 já trazia narrativas acerca dos problemas

⁴⁴ APEJE. Ofícios do Governo de Pernambuco, livro 4: Carta ao juiz ordinário de Goiana sobre [incompleto]. 24 de maio de 1788. Fls.: 68.

⁴⁵ APEJE. Ofícios do Governo de Pernambuco, livro 4: Carta aos oficiais da câmara do Natal sobre carne. [data ilegível]. Fls.: 83v-84.



enfrentados pela feira tanto no tocante ao abastecimento, quanto em relação ao controle e “civilidade” do que ali ocorria.⁴⁶

Da mesma forma, essa busca por carne fresca perpassa todo o final do Setecentos e segue até o século XIX. Em 1798, o então governador de Pernambuco, dom Tomás José de Melo, enviou uma carta circular aos capitães-mores do Cariri de Fora e da vila de Pombal, ambas as localidades no sertão da capitania da Paraíba, a fim de cobrar soluções para o envio de gado para a feira de Goiana. Segundo ele, suas ordens de 07 de abril de 1788 (portanto, 10 anos antes) não haviam sido devidamente cumpridas e “[...] estes povos estão experimentando falta de carne fresca e comprando-as por alto preço, porque os criadores dos gados, uns deixam de vir ou mandar à feira todos aqueles sem força capaz”.⁴⁷

Cruzando esse dado fornecido pelo governador-general de Pernambuco – isto é, o baixo envio de gados da vila de Pombal para a feira de Goiana – com os mapas de exportações da vila de Pombal e suas ribeiras, produzidos no mesmo período, é possível confirmar o diagnóstico de dom Tomás José. Na Tabela 1 trazemos alguns desses índices de exportação para o ano de 1798, levantados por autoridades locais do sertão a mando do capitão-mor da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho (1797-1799), por ordens do governador-general de Pernambuco, dom Tomás José de Melo.

Tabela 1: Exportações da Paróquia da Vila de Pombal em 1798⁴⁸

Portos de destino	Algodão em plumas	Gado vacum	Gado cavalari	Sola	Valor em dinheiro
	<i>quintais</i>	<i>cabeças</i>	<i>cabeças</i>	<i>meios</i>	<i>cruzados</i>
Recife	-	-	9	21	189
Goiana	-	52	8	20	690
Paraíba	22 e ½	-	16	30	1,225
Aracati	25 e ¾	-	3	96	1,226
Assú	-	-	2	10	50

⁴⁶ AHU-PE: Cx. 156, D. 11298. 17 de maio de 1786. Neste e em outros registros são mencionadas confusões, violências e desordens na feira de Goiana.

⁴⁷ Aqui o governador dá a entender que os produtores estão enviando gados muito magros para a feira. Cf.: APEJE. Ofícios do Governo, livro 6: Carta circular aos capitães-mores do Cariri Velho e Pombal sobre providências e gados para a feira. 23 de abril de 1798. Fls.: 17v-18.

⁴⁸ Segundo o governador da Capitania da Paraíba, cada alqueire equivalia a 4 alqueires do Reino; da mesma forma, 1 canada na Paraíba equivalia a 4 canadas no Reino. A título de conhecimento, nas medidas portuguesas antigas, 1 quintal é a medida de peso equivalente a 58,7kg; 1 arroba também é medida de peso e equivale a 14,7kg; 1 alqueire é uma medida de volume para grãos secos e equivale a 13,8 litros; e 1 canada é a medida para líquidos que equivale a 1,4 litros.



Total	48 e ¼	52	38	177	3.380
--------------	---------------	-----------	-----------	------------	--------------

Fonte: AHU-PB: Cx.:33, D. 2423. 7 de maio de 1798.

Tabela 2: Exportações da Paróquia do Rio do Peixe, termo da Vila de Pombal, em 1798

Portos de destino	Algodão em pluma	Gado vacum	Gado cavalari	Couros miúdos	Sola	Valor em dinheiro
	<i>quintais</i>	<i>cabeças</i>	<i>cabeças</i>	<i>centos</i>	<i>meio</i>	<i>cruzados</i>
Paraíba	65	-	-	-	-	2.600
Goiana	-	300	40	2	100	4.010
Total	65	300	40	2	100	6.610

Fonte: AHU-PB: Cx.:33, D. 2423. 7 de maio de 1798.

Tabela 3: Exportações da Paróquia das Espinharas, termo da Vila de Pombal, em 1798

Portos de destino	Algodão em flor	Gado vacum	Gado cavalari	Sola	Valor em dinheiro
	<i>quintais</i>	<i>cabeças</i>	<i>cabeças</i>	<i>meios</i>	<i>cruzados</i>
Recife	72	-	8	-	2.880
Paraíba	120	-	-	20	4.835
Goiana	-	160	-	-	5.000
Total	192	160	8	20	12.715

Fonte: AHU-PB: Cx.:33, D. 2423. 7 de maio de 1798.

As Tabelas 1, 2 e 3 foram selecionadas por apresentarem a vila de Goiana como destino das produções locais de algumas das ribeiras (ou paróquias, conforme terminologia adotada por quem elaborou os mapas), que faziam parte do termo da vila de Pombal, no ano de 1798. Goiana era destino exclusivamente de produtos pecuários, ou seja, de gados vacum, cavalari, couros e solas. Nesses dados encontramos um total de 48 cavalos, 120 meios de sola, 2 centos de couros miúdos, e 512 cabeças de gado vacum exportadas para lá no ano de 1798. É mister lembrar que no começo da década de 1790 houve uma das maiores e mais impactantes secas nas capitanias do Norte e na Bahia, durando de 1791 a 1793, provocando uma mortandade não apenas de gado, como também de “vaqueiros, muitos fazendeiros e os animais domésticos e bravios”.⁴⁹ A produção pecuária, em finais dos anos 1790, certamente não tinha os mesmos níveis da década anterior, e jamais voltaria a ter.

⁴⁹ O relato é do historiador novecentista Joaquim Catunda, em sua obra *Estudos da História do Ceará*, reproduzida por Joaquim Alves (2003).



Entretanto, mesmo diante desse quadro e dos números de exportação para Goiana apresentados, ao analisarmos todos os mapas de produção das ribeiras dos Sertões de Piranhas e Piancó, esses sugerem que foram produzidas mais de 4.446 cabeças de gado vacum.⁵⁰ Dessas, foram consumidas no próprio sertão 512 cabeças, o que corresponde a 11,5% do total produzido, e exportadas, também, 512 cabeças (igualmente 11,5%), todas para Goiana. Talvez as dúvidas que nos ficam sejam as mesmas que remoíam os pensamentos do governador de Pernambuco: o que estava sendo feito com as outras mais de 3.400 (77%) cabeças de gado? Se não estavam sendo enviadas para outros portos nem consumidas pelos sertanejos, por que não obedeciam e enviavam para aquela feira e para o sustento dos povos do litoral? Seria por medo de novas secas e o desabastecimento que recairia sobre os próprios sertanejos? Ou a intenção era fazer os rebanhos crescerem o mais rapidamente possível, evitando a sua dispersão mesmo que essa trouxesse lucros financeiros?

Já o gado cavalari segue quase exatamente a mesma proporção do gado vacum: das 692 cabeças nascidas nas ribeiras dos Sertões de Piranhas e Piancó, 13,9% foram utilizadas (96 cabeças), enquanto 11,2% foram exportadas (78 cabeças), sendo 5,5% (38 cabeças) para Goiana. Essas proporções entre produção-consumo-exportação, todavia, não são as mesmas para os couros e solas: 93,5% dos 62 centos de couros miúdos produzidos foram consumidos ali mesmo (58 centos), e apenas 6,5% foram exportados (4 centos). Para os meios de solas há um equilíbrio entre o que é consumido e o que é exportado, pois dos 787 meios produzidos, 49,5% foram consumidos (390 meios) e 50,5% foram enviados para os portos do litoral e portos do sertão (397 meios).

A feira de Goiana, que antes era chamada “Feira Geral de Gados” nos ofícios do governador de Pernambuco, ganhou outras proporções e passou a ser local de comércio de produções e produtos diversos, como afirmamos anteriormente. Isso fica claro por outras informações que a ligam aos sertões de Piranhas e Piancó: os índices e mapas de importação envolvendo produtos provindos do porto de Goiana, conforme se observa nas Tabelas 4 e 5.

⁵⁰ Certamente foram mais, pois não há mapa de produção da paróquia do Rio do Peixe, mas apenas de exportação, no qual são apontadas 300 cabeças enviadas para Goiana.

**Tabela 4: Importações da Paróquia da Vila de Pombal (1798)**

Mapa da importação na Paróquia da Vila de Pombal (ano de 1798)								
Portos de onde vieram	Vinhos	Panos de linho	Panos de lã	Panos de algodão	Chapéus	Tecidos de seda	Sal	Valor em dinheiro
	<i>canadas</i>	<i>peças</i>	<i>peças</i>	<i>peças</i>	<i>dúzias</i>	<i>peças</i>	<i>moios</i>	<i>cruzados</i>
Recife	-	40	5	80	15	1	-	2.216
Paraíba	-	3	2	10	5	-	-	916
Goiana	-	60	1	90	8	-	-	2.912
Aracati	25	403	8	596	21	2	-	12.810
Assú	-	16	3	63	9	-	1 (5/60)	1.896
Total	25	522	19	839	58	3	1 (5/60)	20.750

Importação dos Portos do Brasil: 20.750 cruzados

Exportação: 3.380 cruzados

Excedeu a importação à exportação: 17.370 cruzados

Fonte: AHU-PB: Cx.:33, D. 2423. 7 de maio de 1798.

Tabela 5: Importações da ribeira do Aguiar, na Paróquia do Rio do Peixe, termo da Vila de Pombal (1798)

Mapa de importação na Paróquia do Rio do Peixe ribeira do Aguiar (1798)						
Portos de onde vieram	Panos de linho	Panos de lã	Panos de algodão	Chapéus	Sal	Valor em dinheiro
	<i>peças</i>	<i>peças</i>	<i>peças</i>	<i>dúzias</i>	<i>alqueires</i>	<i>cruzados</i>
Goiana	13	1	21	1	-	440
Assú	-	-	-	-	30	40
Total	13	1	21	1	30	480

Importação dos Portos do Brasil: 480 cruzados

Exportação: 1470 cruzados

Excedeu a exportação à importação: 990 cruzados

Fonte: AHU-PB: Cx.:33, D. 2423. 7 de maio de 1798.

Através desses mapas, é possível localizar importações saídas de Goiana para três localidades dos sertões de Piranhas e Piancó: vila de Pombal, ribeira do Aguiar e paróquia do Rio do Peixe. Para esta última, as importações no ano de 1798 vinham “[...] do Recife (panos de linho, panos de algodão e chapéus), Paraíba (panos de linho, pano de algodão e chapéus), Goiana (Panos de linho, panos de lã, panos de algodão e chapéus), Aracati (todos, exceto sal), Assú (apenas sal) e Mossoró (apenas sal)”.⁵¹ O mesmo ocorre para a vila de Pombal e para a ribeira do Aguiar, que importavam exatamente os mesmos produtos da vila de Goiana (Tabelas 4 e 5).

⁵¹ AHU-PB: Cx.:33, D. 2423. 7 de maio de 1798.



Muitos desses produtos manufaturados provinham de Portugal, que os fabricava ou os reexportava principalmente da Inglaterra. Ao serem destinados a esses portos coloniais, sendo o do Recife o mais destacado nas capitanias do Norte, as redes de comércio e os fluxos de movimentação de comerciantes e caixeiros viajantes para os sertões tratavam de levar esses produtos e fomentar as trocas com produtos locais. Nesse quesito, a carne fresca de gado, também chamada carne verde, ocupou um espaço de destaque. Maria Yedda Linhares (1979) esclarece que para o comércio desse produto convergiam interesses de produtores e de toda uma rede de comercialização na qual o capital mercantil (e, já no século XIX, o capital industrial) encontrou um seguro campo de expansão e manutenção de cadeias mercantis de grande monta, conectando a América portuguesa à Europa.

Tais ligações entre os sertões de Piranhas e Piancó e a vila de Goiana ganham ainda outros tons ao envolvermos um personagem de grande relevância para as tramas políticas e econômicas da vila de Pombal: o capitão-mor Francisco de Arruda Câmara (1774-1794). A pesquisadora Larissa Lacerda (2021) investigou com profundidade a conflituosa e polêmica trajetória de Arruda Câmara. A historiadora aponta que essa autoridade era acusada pela câmara de Goiana de ser monopolista do contrato das carnes e do fornecimento de gado, denúncia que se repetiu no ofício do governador de Pernambuco, dom Tomás, ambas de 1788.⁵² Ao que parece, o fato de exercer esse monopólio vinha prejudicando não apenas o abastecimento de gado como as rendas da Fazenda Real, pois ele, mancomunado com outros sujeitos e até mesmo com autoridades régias, conseguia limitar o valor do contrato ao impedir e ameaçar que outros dessem lances maiores que os seus ou de seus aliados (Lacerda, 2021).

Além dele próprio, a família de Francisco de Arruda Câmara⁵³ manteve uma grande proximidade com Goiana. De acordo com as várias denúncias que recaíam sobre o capitão-mor acerca de variados crimes e abusos de poder, consta que, mesmo casado, prometeu casamento a uma mulher de Goiana. Com sua esposa, Maria Saraiva da Silva, teve

⁵² Infelizmente o dito ofício se encontra em condições que impossibilitam a sua leitura além do título. Cf.: APEJE. Ofícios do Governo de Pernambuco, livro 4: Carta ao coronel governador da capitania da Paraíba do Norte sobre a feira e o monopólio que faz na Feira Geral de Goiana o capitão-mor Francisco de Arruda Câmara. [Data ilegível]. Fls.: 96v-97v.

⁵³ Importante mencionar que os indícios apontam que Arruda Câmara foi um grande possuidor de terras, um dos maiores criadores de gado do sertão de Piranhas, além de arrematante dos dízimos dos gados nas ribeiras do sertão de Piranhas, da cidade de Natal, da cidade de Oeiras/PI e nos Cariris Novos do Ceará. Cf.: Plataforma SILB: PB0728, PB0809, PB0816, PB0914. Além disso, é possível rastrear várias de suas negociações de terras nos registros cartoriais.; Tavares, João de Lyra, *op. cit.*, nº 809, 28 de abril de 1783, p. 400; nº 909, 17 de abril de 1788, p. 436; Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC). Cartório de Aracati: Livro de Notas do Tabelião de Aracati (1778-1779). Fls.: 7, 8.



sete filhos, dentre os quais o naturalista Manoel de Arruda Câmara. O doutor Arruda Câmara, como ficou conhecido, nasceu em 1753 e foi importante médico, religioso e filósofo naturalista do final do século XVIII e início do XIX, autor de *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros* (1797) e outras obras. Ordenou-se padre justamente em Goiana, de onde partiu para seus estudos na Europa, e para onde retornou e faleceu em 1810. Seu irmão, Francisco de Arruda Câmara (1765 - c. 1830), também recebeu o título de doutor em Medicina pela Universidade de Montpellier, na França, e voltando ao Brasil, radicou-se igualmente na vila de Goiana, onde exerceu seu ofício até a morte (Lacerda, 2021; Guedes, 2013; Aguiar, 2011).

Considerações finais

A vila do Recife teve destacado papel na expansão da ocupação territorial pelos interiores das capitanias do Norte, investindo no alargamento da zona produtiva, com foco na produção pecuária. Além de abrigar importante estrutura burocrática e militar e uma importante praça comercial, de onde a coroa e seus agentes recrutaram homens para auxiliar na conquista e colonização dos sertões, incluindo os sertões de Piranhas e Piancó. No início do século XVIII, Recife já se consolidava como núcleo urbano e mercantil em desenvolvimento e de crescente população, e os homens de negócio que lá atuavam buscaram garantir rotas de comércio e abastecimento com os sertões das capitanias do Norte. A relação estabelecida entre esses sertões e o Recife fundou-se na capacidade que a praça tinha de atrair as produções sertanejas, bem como de fornecer escravizados e manufaturas que provinham de outros portos atlânticos. Por outro lado, a produção pecuarista das ribeiras dos sertões de Piranhas e Piancó alimentava o importante negócio dos couros, que foi uma vertente de atuação dos homens de negócio da praça do Recife.

No decorrer do século XVIII, os registros notariais apontam para variadas ligações com a Vila de Goiana, principalmente migrações e circulações espaciais de famílias. Isso, no entanto, não significa dizer que não existiam rotas de abastecimento para lá. O envio de gados para a chamada “Feira Geral dos Gados de Goiana” tinha importância crucial para o abastecimento de carne do litoral da capitania de Pernambuco, principalmente no último quartel do século XVIII. Os índices de exportação de produtos das ribeiras das Piranhas e Piancó apontam que Goiana era destino exclusivamente de produtos pecuários, ou seja, de gados *vacum*, cavalar, couros e solas.



Diante desse quadro, verificamos que atuar na cadeia produtiva da pecuária era uma atividade que exigia investimentos relativamente pequenos quando comparados a outros empreendimentos de produção primária, mas que gerava lucros estáveis, pois os atores podiam controlar ou participar de todas as etapas do negócio. O lucro total podia ser menor que o do açúcar e do tráfico atlântico de escravizados, mas a margem de lucro era bastante expressiva, fosse para os negociantes do litoral ou para os grandes produtores dos sertões.

Referências

Aguiar, José Otávio. A botânica como missão pedagógica: Manuel de Arruda Câmara e a peculiaridade de suas interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811). **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 29, v. 1, [s.p.], 2011.

Alves, Joaquim. **História das Secas (séculos XVII a XIX)**. Ed. fac. símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

Antonil, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

Araujo, Soraya Geronazzo. **O Muro do Demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII**. Dissertação (Mestrado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007

Barbosa, Kleyson Bruno Chaves. **A Câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza: governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759)**. Dissertação (Mestrado em História), Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

Braudel, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. Vol. 2: os jogos das trocas. 2. Ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Chaves Jr., José Inaldo. **As Capitâneas de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII)**. Tese (Doutorado em História Social), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

Galindo, Marcos. **O governo das almas: a expansão colonial no país dos tapuias**. São Paulo: HUCITEC, 2017.

Gomes, José Eudes. Passadores de gados. *In*: Serrão, José Vicente.; Motta, Márcia; Miranda, Susana. **e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português**. Lisboa: CEHC-IUL, 2015.

Graham, Richard. **Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.



Guedes, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **No íntimo do sertão: poder político, cultura e transgressão na Capitania da Paraíba (1750-1800)**. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

Henrique, Juliana da Silva. **A Feira de Capuame: pecuária, territorialização e abastecimento (Bahia, século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

Koster, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

Lacerda, Larissa Daniele Monteiro. **Um novo território jurisdicional, uma nova dinâmica sociopolítica: o Sertão do Piancó e os reflexos políticos da segunda metade do Século XVIII no interior da Paraíba**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2021.

Linhares, Maria Yedda. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagri, 1979.

Lira, Rozalves Rafael. Goiana de São Pedro, Goyanna de Dom Pedro: lugares de memória e evocações do período imperial (1822-1889) no atrativo histórico-urbano de Goiana, Pernambuco. **Periferia**, v. 7, n. 2, p. 40-58, 2015.

Lopes, Quelen Ingrid. **O mercado de bens rurais, extrativos e urbanos no termo de Mariana: interações sociais, econômicas e espaços de produção (1711-1779)**. Tese (Doutorado em História), Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

Mott, Luiz R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. **Revista de História**, v. 53, p. 81-106, 1976.

Moura, Alex Silva de. **O beneficiamento do couro e seus agentes na capitania de Pernambuco (1710-1760)**. Dissertação (Mestrado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

Nogueira, Gabriel Parente. **Às margens do império: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa Leste-Oeste da América portuguesa nas dinâmicas de um império em movimento (Século XVIII)**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade do Ceará, 2021.

Oliveira, Almir Leal de. O comércio das carnes secas do Ceará na segunda metade do Século XVIII: as dinâmicas do mercado colonial. *In*: Moura, Denise Aparecida; Carvalho, Margarida Maria & Lopes, Maria-Aparecida (Orgs.). **Consumo e abastecimento na história**. São Paulo: Alameda, 2011. p. 167-188.

Oliveira, Antonio José de. **Os Kariri: resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017.



Pires, Maria Idalina. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial**. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004

Prado Jr., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

Sampaio, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: Fragoso, João & Gouvêa, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial**, vol. 3: 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 307-388.

Sampaio, Antonio Carlos Jucá de. Economia, moeda e comércio: uma análise preliminar do banco de dados. In: Fragoso, João & Monteiro, Nuno Gonçalo (Orgs.). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicação política entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 269-296.

Saint-Adolphe, Jean-Claude-Richard Milliet de. **Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil**. Tomo I. Paris: Typographia de Fain e Thunot, 1845. p. 392.

Silva, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão do Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII**. Recife: Cepe, 2010.

Soares, Maria Simone Moraes. **Formação da rede urbana do sertão de Piranhas e Piancó da capitania da Paraíba setecentista**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

Souza, George Félix Cabral de. Saciar para manter a ordem e o bem público: a Câmara Municipal do Recife e o problema do abastecimento da Vila (séculos XVIII e XIX). **Locus: Revista de História**, v. 20, n. 1, p. 111-127, 2014.

Souza, George Félix Cabral de. **Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654-c.1759)**. 2. Ed. - Recife: Editora UFPE, 2020.

Submetido em: 10 de agosto de 2024

Avaliado em: 20 de agosto de 2024

Aceito em: 20 de setembro de 2024